

**Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. –
em recuperação judicial**

Demonstrações financeiras
referentes ao exercício findo em
31 de dezembro de 2022

ÍNDICE

BALANÇO PATRIMONIAL.....	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.....	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	7

1. INFORMAÇÕES GERAIS.....	8
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	10
3. PRINCÍPIOS DA CONSOLIDAÇÃO.....	13
4. INVESTIMENTO.....	13
5. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO).....	15
6. FORNECEDORES.....	17
7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	17
8. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, FISCAIS E TRABALHISTAS.....	17
9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	17
10. DESPESAS.....	18
11. RESULTADO FINANCEIRO.....	19
12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	19
13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO.....	19
14. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA.....	21
15. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	22

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Consolidado		Controladora		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa		4	1	4	1	Fornecedores	6	265	525	264	518
Adiantamentos a fornecedores		5	-	4	-	Tributos a recolher		11	-	-	-
Outros créditos		9	9	9	9	Arrendamentos a pagar		321	-	-	-
		18	10	17	10	Partes relacionadas	7	2.125	817	2.125	817
						Outras contas a pagar		-	30	-	30
								2.722	1.372	2.389	1.365
Ativos classificados como mantidos para venda		-	861	-	-	Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda		-	672	-	-
Total do ativo circulante		18	871	17	10	Total do passivo circulante		2.722	2.044	2.389	1.365
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Investimento	4	-	-	27	182	Fornecedores	6	111	130	111	130
Imobilizado	5	1.069	-	-	-	Arrendamentos a pagar	7	710	-	-	-
Total do ativo não circulante		1.069	-	27	182	Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	8	222	236	222	236
						Total do passivo não circulante		1.043	366	333	366
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO					
						Capital social	9	245.313	245.313	245.313	245.313
						Recursos para futuro aumento de capital		1.216	359	1.216	359
						Prejuízos acumulados		(249.207)	(247.211)	(249.207)	(247.211)
						Total do patrimônio líquido negativo		(2.678)	(1.539)	(2.678)	(1.539)
TOTAL DO ATIVO		1.087	871	44	192	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO		1.087	871	44	192

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
DESPESAS					
Gerais e administrativas		(1.409)	(1.034)	(1.335)	(999)
Amortizações		(350)	-	-	-
	10	(1.759)	(1.034)	(1.335)	(999)
Resultado de equivalência patrimonial	4	-	-	(672)	(146)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(1.759)	(1.034)	(2.007)	(1.145)
RESULTADO FINANCEIRO					
Despesas financeiras	11	(237)	(163)	11	(52)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(1.996)	(1.197)	(1.996)	(1.197)
Prejuízo por ação básico e diluído (expresso em reais - R\$)	9.3			(0,008)	(0,005)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prejuízo do exercício	(1.996)	(1.197)	(1.996)	(1.197)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(1.996)</u>	<u>(1.197)</u>	<u>(1.996)</u>	<u>(1.197)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Recursos para futuro aumento de capital</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido negativo (controladora e consolidado)</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		244.293	-	(246.014)	(1.721)
Aumento de capital		914	-	-	914
Recursos para futuro aumento de capital		-	465	-	465
Capitalização de recursos para futuro aumento de capital		106	(106)	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	(1.197)	(1.197)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u>245.313</u>	<u>359</u>	<u>(247.211)</u>	<u>(1.539)</u>
Recursos para futuro aumento de capital	9.2	-	857	-	857
Prejuízo do exercício		-	-	(1.996)	(1.996)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	9	<u>245.313</u>	<u>1.216</u>	<u>(249.207)</u>	<u>(2.678)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo do exercício		(1.996)	(1.197)	(1.996)	(1.197)
Ajuste para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa aplicado nas atividades operacionais:					
Resultado de equivalência patrimonial	4	-	-	672	146
Amortizações	5	350	-	-	-
(Reversão) atualização e provisão para riscos cíveis		(14)	36	(14)	36
Juros sobre fornecedores e impostos		1	15	1	36
Juros sobre obrigação de arrendamento		248	109	-	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Adiantamento a fornecedor		(5)	-	(4)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(310)	(20)	(304)	(44)
Tributos a recolher		11	(20)	-	(10)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(1.715)</u>	<u>(1.077)</u>	<u>(1.645)</u>	<u>(1.033)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Integralização de capital		-	-	-	(8)
Recursos para futuro aumento de capital	4	-	-	(517)	(343)
Aquisição de imobilizado em curso	5	(32)	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(32)</u>	<u>-</u>	<u>(517)</u>	<u>(351)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Recursos para futuro aumento de capital	9.2	857	465	857	465
Partes relacionadas	7	1.308	919	1.308	919
Pagamento de passivo de arrendamento	5.1	(415)	(307)	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>1.750</u>	<u>1.077</u>	<u>2.165</u>	<u>1.384</u>
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>3</u>	<u>-</u>	<u>3</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1	1	1	1
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		4	1	4	1
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>3</u>	<u>-</u>	<u>3</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. – em recuperação judicial (“Bela Vista XIV” ou “Companhia” ou “Controladora”), com sede na Cidade de Caetité, Estado da Bahia, na Rua Barão de Caetité, 393, Centro, foi constituída em 19 de novembro de 2013, na forma de sociedade por ações de capital fechado e tem como objeto social participar no capital social de outras sociedades que tenham por objeto a exploração direta e indireta em empreendimentos para geração e comercialização de energia.

A Companhia é controlada diretamente pela Renova Energia S.A. – em recuperação judicial (“Renova Energia”), sociedade de capital aberto que tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”).

1.1 Recuperação judicial

Em 16 de outubro de 2019 a controladora Renova Energia e determinadas controladas, incluindo a Companhia, protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data.

Em 18 de dezembro de 2020 a controladora Renova Energia e determinadas controladas protocolaram novos planos de recuperação judicial, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III – Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES, que inclui a Companhia e um segundo plano contemplando a controladora Renova Energia e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova, os quais foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores realizadas nessa mesma data.

Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. De acordo com o entendimento da Administração, suportado inclusive pelos seus assessores jurídicos que acompanham o tema, a Companhia reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial no exercício de 2020 considerando a data da aprovação pela Assembleia Geral de Credores e homologação pelo Juízo.

Os passivos da Companhia negociados no âmbito da recuperação judicial estão centralizados nas classes I e III conforme apresentado a seguir:

Classes	Saldo em 31/12/2021	Créditos habilitados	Pagamentos realizados	Juros	Saldo em 31/12/2022
Classe I - Credores Trabalhistas	30	-	-	1	31
Classe III - credores quirografários	130	(14)	(3)	4	117
Classe IV - credores microempresas e empresas de pequeno porte	291	14	(301)	(4)	-
Total	451	-	(304)	1	148

Classes	Saldo em 31/12/2020	Créditos habilitados	Pagamentos realizados	Juros	Saldo em 31/12/2021
Classe I - Credores Trabalhistas	-	30	-		30
Classe III - credores quirografários	148	(17)	(2)	1	130
Classe IV - credores microempresas e empresas de pequeno porte	311	(13)	(20)	13	291
Total	459	-	(22)	14	451

A Classe I contempla os credores trabalhistas cujos pagamentos ocorreram em janeiro de 2022.

A Classe III é composta pelos credores quirografários que serão pagos da seguinte forma:

- Pagamentos iniciais no montante de até R\$ 2 será pago a cada credor quirografário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$ 1 em até 90 dias e mais R\$ 1 em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros.
- O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da TR, a partir da data do pedido de recuperação judicial.
- Durante os primeiros 24 meses, serão realizados pagamentos semestrais de R\$ 100 a ser distribuído de forma pro rata entre os credores quirografários na proporção dos seus respectivos créditos, iniciando-se a partir de 6 meses da data da publicação. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. Após esse período, o saldo de juros passará a ser pago em parcelas semestrais, juntamente com as parcelas de principal.
- O principal será pago em 24 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada 6 (seis) meses, de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral	Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,5%	2,5%	Ano 9	2,5%	5,0%
Ano 4	2,5%	2,5%	Ano 10	5,0%	5,0%
Ano 5	2,5%	2,5%	Ano 11	5,0%	5,0%
Ano 6	2,5%	2,5%	Ano 12	5,0%	5,0%
Ano 7	2,5%	2,5%	Ano 13	5,0%	5,0%
Ano 8	2,5%	2,5%	Ano 14	10,0%	12,5%

A íntegra dos Planos de Recuperação Judicial aprovado, as atas da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial do Grupo Renova estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com os Planos de recuperação judicial propriamente ditos.

1.2 Continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia incorreu em prejuízo de R\$1.996 (2021, R\$1.197), possui prejuízos acumulados de R\$249.207 (2021, R\$247.211), passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes no montante de R\$2.704 (2021, R\$1.173), e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$2.678 (2021, R\$1.539) (Consolidado).

Em dezembro de 2022, o Grupo Renova concluiu as obras do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A, um dos 10 maiores complexos eólicos da América Latina. Com seus parques em operação comercial, a Administração da Companhia entende que terá os recursos necessários para honrar com os compromissos do Grupo Renova.

A recuperação judicial faz parte da reestruturação do Grupo Renova e tem por objetivo recuperar a saúde financeira, bem como preparar uma base sólida para os próximos anos, com foco na rentabilidade dos negócios do Grupo Renova. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia e sua controlada.

2.2. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo exceto quando indicado, foram aprovadas pela Administração em 28 de março de 2023.

2.3. Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e sua controlada é como segue:

2.3.1. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou sua controlada forem partes das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Abaixo demonstramos as categorias de instrumentos financeiros aplicáveis à Companhia e sua controlada.

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e sua controlada gerenciam esses ativos e toma decisão de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.

b) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia compreendem:

- Fornecedores (nota 6);
- Transações com partes relacionadas (nota 7).

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e sua controlada não possuem instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

2.3.2. Ativo imobilizado

2.3.2.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

2.3.2.2 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

2.3.3. Provisões

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. O principal julgamento, estimativa e premissa utilizado para a elaboração dessas demonstrações financeiras está listado a seguir:

2.4.1. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia e sua controlada revisam o valor recuperável de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente a Companhia e sua controlada calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.5. Investimento

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

3. PRINCÍPIOS DA CONSOLIDAÇÃO

Foram consolidadas as demonstrações financeiras da controlada Ventos de São Cristóvão Energias Renováveis S.A. – em recuperação judicial (“Ventos de São Cristóvão”). A seguir a descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b) Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da controlada.

4. INVESTIMENTO

A Companhia possui 99,99% de participação no capital social da Ventos de São Cristóvão, sociedade que tem como objeto social a geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas, predominantemente a eólica, e implantação, administração e operação de centrais geradoras, bem como o desenvolvimento de projetos, a prestação de serviços de consultoria de projetos eólicos, a qual foi adquirida em 8 de maio de 2015. A controlada encontra-se com suas atividades paralisadas, e suas principais informações encontram-se demonstradas a seguir:

Companhia	Patrimônio líquido	
	31/12/2022	31/12/2021
Ventos de São Cristóvão Energias Renováveis S.A.	27	182

4.1. MOVIMENTAÇÃO DO INVESTIMENTO:

	Valor
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(706)
Adição	691
Adiantamento para futuro aumento de capital	343
Equivalência patrimonial	(146)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	182
Adiantamento para futuro aumento de capital	517
Equivalência patrimonial	(672)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	27

4.2 Informações contábeis da controlada

De acordo com o requerido no CPC 45, apresentamos as informações contábeis da Ventos de São Cristóvão:

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

<u>ATIVO</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
CIRCULANTE			LÍQUIDO		
Outros créditos	1		CIRCULANTE		
			Fornecedores	1	7
			Tributos a recolher	11	-
			Arrendamentos a pagar	321	-
				<u>333</u>	<u>7</u>
			Passivos diretamente		
Ativos classificados como			associados a ativos mantidos		
mantidos para venda	-	861	para venda	-	672
Total do ativo circulante	<u>1</u>	<u>861</u>	Total do passivo circulante	<u>333</u>	<u>679</u>
NÃO CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE		
Imobilizado	1.069	-	Arrendamentos a pagar	710	-
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Capital social	16.235	16.235
			Recursos para futuro aumento		
			de capital	775	258
			Prejuízos acumulados	(16.983)	(16.311)
			Total do patrimônio líquido	<u>27</u>	<u>182</u>
TOTAL DO ATIVO	<u><u>1.070</u></u>	<u><u>861</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E DO	<u><u>1.070</u></u>	<u><u>861</u></u>
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Despesas gerais e administrativas	(51)	(35)
Despesas com amortização	(350)	-
Outras despesas	(23)	-
Resultado financeiro	(248)	(111)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	<u><u>(672)</u></u>	<u><u>(146)</u></u>

5. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

	Saldos em 31/12/2021	Reclassificação ativos mantidos para venda	transferência Adição	Saldos em 31/12/2022
Imobilizado em curso				
A ratear	179.201	-	32	179.233
Terrenos	136	-	-	136
Equipamentos de subestação	135	-	-	135
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	-
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(179.472)	-	-	(179.472)
Total do imobilizado em curso	-	-	32	32
Direito de uso				
Contratos de arrendamento	-	1.126	526	1.652
(-) Amortização contratos de arrendamento	-	(265)	(350)	(615)
Total do direito de uso	-	861	176	1.037
Total do imobilizado	-	861	208	1.069

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Transferência ativos mantidos para venda	Saldos em 31/12/2021
Imobilizado em curso				
A ratear	179.201	-	-	179.201
Terrenos	136	-	-	136
Equipamentos de subestação	135	-	-	135
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	-
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(179.472)	-	-	(179.472)
Total do imobilizado em curso	-	-	-	-
Direito de uso				
Contratos de arrendamento	-	257	(257)	-
(-) Amortização contratos de arrendamento	-	-	-	-
Total do direito de uso	-	257	(257)	-
Total do imobilizado	-	257	(257)	-

Os investimentos incorridos referem-se basicamente a gastos iniciais com obras civis, subestações e gastos diversos para desenvolvimento do projeto.

A Companhia e sua controlada mantem a provisão para perdas por redução ao valor recuperável anteriormente constituída, no montante de R\$179.472, consolidado (R\$164.246, controladora), considerando que não há expectativa de realização para o investimento realizado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não houve movimentação no imobilizado da Companhia.

5.1 DIREITO DE USO – ARRENDAMENTOS

Em 31 de dezembro de 2022, a Controlada identificou 60 contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06 (R2). Para esses contratos, a Companhia reconheceu o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, conforme segue:

	<u>31/12/2022</u>		<u>31/12/2022</u>
Ativo		Passivo	
Não circulante		Circulante	
Imobilizado		Arrendamentos a pagar	433
Direito de uso do ativo arrendado	1.652	(-) Juros a apropriar	<u>(112)</u>
(-) Direito de uso - contrato de arrendamento	<u>(615)</u>	Total do passivo circulante	321
	1.037	Não circulante	
		Arrendamentos a pagar	1.084
		(-) Juros a apropriar	<u>(374)</u>
		Total do passivo não circulante	710
Ativo total	<u><u>1.037</u></u>	Passivo total	<u><u>1.031</u></u>

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da controladora Renova Energia que variou entre 14,03% a.a. e 15,66% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor, conforme o caso.

Adicionalmente, a Companhia reconheceu no resultado do exercício a amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento:

Despesa		
Amortização direito de uso		(350)
Resultado financeiro		
Juros sobre obrigação de arrendamento		<u>(248)</u>
Total		<u><u>(598)</u></u>

Em 31 de dezembro de 2022, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Juros</u>	<u>Principal</u>
2024	(85)	279
2025	(65)	168
2026	(56)	98
2027	(50)	98
2028	(44)	98
2029 a 2033	<u>(74)</u>	<u>343</u>
Total	<u><u>(374)</u></u>	<u><u>1.084</u></u>

6. FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores	228	234	227	227
Fornecedores recuperação judicial	148	421	148	421
Total	376	655	375	648
Apresentados como:				
Circulante	265	525	264	518
Não circulante	111	130	111	130
Total	376	655	375	648

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo a pagar de fornecedores que compõem os credores do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.1, totaliza R\$148, sendo R31 – Classe I e \$ R\$117 - Classe III.

7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora e consolidado			
	Passivo		Resultado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<u>Renova Energia</u>				
Rateio de despesa ^(a)	2.125	817	(1.308)	(919)

a) Rateio de despesa - refere-se a reembolso de despesas realizadas de forma centralizada pela controladora Renova Energia que são rateadas e reembolsadas pelas controladas, essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia.

REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração dos administradores da Companhia está centralizada na controladora Renova Energia, e é rateada entre as controladas do grupo, conforme exposto no item (a) acima.

8. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, FISCAIS E TRABALHISTAS

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia mantém provisão no montante de R\$222 (2021, R\$236) para riscos cíveis relacionados a ação cível ajuizada por terceiros em razão de inadimplemento das obrigações contratuais.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

9.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$245.313 e está dividido em 245.313.150 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

9.2 Recursos para futuro aumento de capital

Recursos aportados pela controladora Renova Energia, no montante de R\$857 (2021, R\$465), dos quais R\$106 foram capitalizados em 2021 e o saldo restante, R\$1.216, será capitalizado até a assembleia de acionistas que aprovará as contas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

9.3 Resultado por ação

O prejuízo básico por ação é calculado por meio da divisão do prejuízo do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui diluição em ações.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos prejuízos básico por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prejuízo do exercício	(1.996)	(1.197)
<u>Prejuízo por ação básico e diluído:</u>		
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em milhares)	<u>245.313</u>	<u>245.060</u>
Prejuízo por ação básico e diluído (em R\$)	<u>(0,008)</u>	<u>(0,005)</u>

10. DESPESAS

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Gerais e administrativas</u>				
Pessoal e administradores	(997)	(714)	(997)	(714)
Serviços de terceiros ¹	(278)	(243)	(230)	(225)
Telefonia e TI	(65)	(39)	(65)	(39)
Impostos e taxas	(46)	(33)	(19)	(16)
Contingências cíveis e trabalhistas (nota 8)	-	-	-	-
Outras	(23)	(5)	(24)	(5)
Total	<u>(1.409)</u>	<u>(1.034)</u>	<u>(1.335)</u>	<u>(999)</u>
<u>Amortizações (nota 5)</u>	(350)	-	-	-
Total	<u>(1.759)</u>	<u>(1.034)</u>	<u>(1.335)</u>	<u>(999)</u>

11. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Despesas financeiras				
Juros sobre obrigação de arrendamento (nota 5.1)	(248)	(109)	-	-
Atualização monetária contencioso	13	(36)	13	(36)
Juros sobre fornecedores e impostos*	(1)	(17)	(1)	(15)
Despesas bancárias	(1)	(1)	(1)	(1)
Total do resultado financeiro	<u>(237)</u>	<u>(163)</u>	<u>11</u>	<u>(52)</u>

Nota: refere-se a reversão dos juros anteriormente provisionados e não realizado.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia não apurou lucro tributável nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e possui saldos de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, nos montantes a seguir sobre os quais não foram constituídos tributos diferidos:

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo fiscal do exercício	(1.057)	(956)
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de exercícios anteriores	(1.151)	(195)
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	<u>(2.208)</u>	<u>(1.151)</u>

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações junto com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo.

	Consolidado			
	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros				
Circulantes				
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	4	1
Passivos financeiros				
Circulantes				
Fornecedores	265	525	265	525
Partes relacionadas	2.125	817	2.125	817
Não circulantes				
Fornecedores	111	130	111	130
	Controladora			
	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros				
Circulantes				
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	4	1
Passivos financeiros				
Circulantes				
Fornecedores	264	518	264	518
Partes relacionadas	2.125	817	2.125	817
Não circulantes				
Fornecedores	111	130	111	130

b) Categorias de instrumentos financeiros

	Consolidado			
	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Circulantes				
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	1	-
Passivos Financeiros				
Circulantes				
Fornecedores	-	265	-	525
Partes relacionadas	-	2.125	-	817
Não circulantes				
Fornecedores	-	111	-	130

	Controladora			
	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Circulantes				
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	1	-
Passivos Financeiros				
Circulantes				
Fornecedores	-	264	-	518
Partes relacionadas	-	2.125	-	817
Não circulantes				
Fornecedores	-	111	-	130

c) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

d) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

O plano de recuperação judicial da Companhia permitiu alinhar a capacidade de pagamento das dívidas à geração de recursos, conforme apresentado na nota 1.2. Assim a Administração entende que, com o sucesso do plano de recuperação judicial e das medidas mencionadas na referida nota, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Companhia.

14. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante os exercícios de 2022 e 2021, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto as seguintes transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	4.1	-	-	-	683
Direito de uso - Arrendamento	5	526	257	-	-
Outras contas a pagar x fornecedor		(30)	-	(30)	-
Capitalização de recursos para futuro aumento de capital		-	728	-	728
Aumento de capital com rateio de despesas		-	186	-	186

15. EVENTOS SUBSEQUENTES

15.1 Homologação aumento de capital da controladora Renova Energia

Em 02 de fevereiro de 2023, o Conselho de Administração aprovou a homologação parcial do aumento de capital social da controladora Renova Energia, por subscrição privada de ações, dentro do limite do capital autorizado, aprovado em reunião de 29 de novembro de 2022, para capitalização de créditos detidos por credores do Grupo Renova Energia, de forma a efetivar o “6º Processo de Aumento de Capital e Conversão”, nos termos dos planos de recuperação judicial.

O aumento de capital da controladora Renova Energia foi homologado com o valor de R\$ 31.297, representado por 5.336.210 novas ações nominativas e sem valor nominal, sendo 2.668.102 ações ordinárias e 2.668.108 ações preferenciais. Conseqüentemente, o capital social da controladora Renova Energia passa a ser de R\$ 4.170.394, dividido em 249.483.956 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 124.741.981 ações ordinárias e 124.741.975 ações preferenciais. Esta capitalização representou uma diminuição do endividamento do Grupo Renova em R\$ 31.235.

15.2 Decisão do Supremo Tribunal Federal (“STF”) sobre coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o STF julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal concluiu, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de maneira definitiva “coisa julgada” a favor dos contribuintes perdem seus efeitos se, depois, o STF tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade se, e quando, o STF entender em sentido contrário.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes concluiu que a decisão não resulta em impactos em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

15.3 Aditamento aos planos de recuperação judicial (acordo de Standstill)

Em 10 de dezembro de 2023, a controladora Renova Energia informou aos acionistas e ao mercado em geral que, em razão da continuidade da negociação mantida no âmbito de sua recuperação judicial com os credores titulares de créditos com garantia real – classe II (“Credores com Garantia Real”), celebrou novos aditamentos ao seu plano de recuperação judicial e ao plano de recuperação judicial das sociedades que compõem o Alto Sertão III (em conjunto, os “Planos”), os quais foram protocolados nos autos da Recuperação Judicial em 08 de dezembro de 2023, havendo o compromisso da unanimidade dos Credores com Garantia Real no sentido de manifestarem sua adesão a tais aditamentos.

* * *